



NOTA PÚBLICA

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) são de extremo rigor científico e gozam de prestígio e reconhecimento internacionais.

Especialmente quanto às aferições do desmatamento na Floresta Amazônica, os laudos, produzidos há longos anos, são totalmente confiáveis, e cientificamente inatacáveis. Por sinal, constituem fundamental instrumento de controle na defesa da Floresta Amazônica e, como tal, dão suporte à atuação do Ministério Público Federal (MPF) no combate e responsabilização cível e criminal, especialmente no projeto “Amazônia Protege”.

É inaceitável que eventual inconformismo com a exposição de dados oficiais, que, por força de comando constitucional são públicos, e que desvelam quadro de sensível aumento no desmatamento, possa justificar a descontinuidade de serviços e ações de interesse do Estado brasileiro.

Todos os que têm conhecimento e vivência na área ambiental, sabem que o desmatamento na Amazônia é diretamente afetado por deficiências na cadeia de fiscalização, comando e controle.

A manipulação de atos estatais, com o objetivo de fins não expressos no ordenamento jurídico, são sempre ilegítimos e serão combatidos pelo MPF.

Nívio de Freitas

Subprocurador-geral da República

Coordenador da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR)

Brasília, 2 de agosto de 2019